



Entre lavradores e criadores de animais: um perfil das Atividades Econômicas dos Moradores das Vilas Setecentistas da Capitania de Sergipe D'El Rey¹

Joceneide Cunha²

Resumo:

Os setecentos foi um período de grandes mudanças econômicas nas terras da Capitania de Sergipe D'el Rey, dentre as mudanças alguns autores apontam a chegada da lavoura da Cana de açúcar na Capitania de Sergipe D'el Rey e com isso de inúmeros africanos. Pretendo neste artigo traçar um perfil das atividades econômicas desenvolvidas em três vilas, a saber: Santa Luzia e Itabaiana e na Cidade de Sergipe Del Rey na Capitania citada. Para isso, utilizei como fontes históricas principalmente inventários *post-mortem* e testamentos. Após a análise dos dados percebi que as Vilas possuíam perfis econômicos distintos.

Palavras Chave: Economia, Vilas, escravos

Abstract:

The hundred was a period of great economic changes in the lands of the captaincy of Sergipe D'el Rey, among the changes some authors point to the arrival of the Sugarcane crop in the captaincy of Sergipe D'el Rey in this article to draw a profile of economic activities in three villages and a town in the Captaincy quoted. For this, I used as historical sources mainly inventories and wills. After analyzing the data realized that the village had different economic profiles

Keywords: Economy; Town; slave.

225



- 1 Parte dos dados deste artigo foram retirados do Projeto: "Nas duas margens do Rio Real: um estudo sobre as relações econômicas existentes entre as Capitanias da Baía de Todos os Santos e a de Sergipe Del Rey nos Setecentos" financiado pela FAPESB e que tiveram como bolsistas Elielma Barbosa e Rafael Ribeiro.
- 2 Professora da Universidade do Estado da Bahia, Doutora em História Social pela UFBA.





Na primeira metade dos Setecentos, Portugal enfrentou uma crise econômica em decorrência do comércio do açúcar e do fumo terem decaído, bem como ao decréscimo na produção das minas. Após 1750, com o intuito de resolver essa crise, Marquês de Pombal tomou algumas medidas para recuperar a economia da Metrópole e da Colônia, mas não se sabe se essas medidas foram as responsáveis por um crescimento do comércio que ocorreu pós 1780. Possivelmente, os aspectos responsáveis pela recuperação da economia açucareira foram diversos: a revolução na Colônia de São Domingos que resultou depois na sua independência em 1791, a Revolução Industrial que demandou uma maior quantidade de produtos tropicais, além de outras guerras e revoluções. Por isso, o número de engenhos cresceu no decorrer do final dos Setecentos, principalmente após a década de 80.

226



Entre 1724 e 1730, existiam cerca de 25 engenhos nas terras sergipanas. Em 1756 o número cresceu para 46, em 1798, 140 unidades, em 1802, havia 146 propriedades. Acompanhando o crescimento no número de engenhos, a população da Capitania também aumentou no decorrer do XVIII, sobretudo na segunda metade dessa centúria e no início do XIX cresceu em uma velocidade ainda maior. Em 1707 havia 17169 pessoas e em 1780 54.005³. Ressalto que esses números são estimativos, pois esses “censos” não eram muitos confiáveis, e permitem apenas uma noção geral da população. Analisando os números dos anos de 1775 e 1780 percebe-se uma diferença acentuada, e possivelmente o censo de 1780 seja o mais confiável.

Neste artigo traçarei um perfil das atividades econômicas dos moradores de duas Vilas a saber: Itabaiana e Santa Luzia e da Cidade de São Cristóvão situadas na Capitania de Sergipe D'el Rey. Enfocarei as atividades econômicas dos seus moradores no século XVIII. Também pontuarei alguns elementos sobre a posse escrava e as fortunas desses moradores. Para isso utilizamos como fontes primárias os inventários *post-mortem* e os testamentos. Esses foram fichados e seus dados analisados e quantificados. Também utilizei as listas de plantadores de mandioca, os dados desses documentos foram cruzados. Analisarei apenas três Vilas e uma Cidade, que correspondem as que mais se aproximaram da lavoura açucareira nos Setecentos. A Cidade é São Cristóvão, seguida pela Vila de Itabaiana por fim Santa Luzia. Ressalto que no decorrer do período citado ou logo após, surgiram muitas povoações como Laranjeiras e Estância. Essas localidades foram escolhidas em decorrência de serem as que mais estavam envolvidas no plantio da cana de açúcar. E enfatizo que não recortei o período para elaborar uma análise em virtude de um pequeno número de documentos referente a primeira metade do século XVIII.

3 MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986. P.86





São Cristóvão: a Cidade de Templos *Suntuosos e Magníficos*⁴

São Cristóvão também designada de Sergipe Del Rei, tinha a sua sede localizada nas margens do Rio Vaza Barris e do Poxim, locais que no século XVIII ocorreram a expansão açucareira. Ressalto que São Cristóvão aglutinava duas freguesias, a de Nossa Senhora da Vitória e a de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba e algumas povoações como a de Laranjeiras, de Aracaju e Itaporanga e a Missão de Água Azeda.

Até o século XVIII, Sergipe Del Rey era uma cidade com poucas casas e habitantes. A maior parte da população residia em engenhos, sítios e fazendas e não na sede da Cidade e desenvolviam atividades econômicas agrícolas. No mesmo período, em decorrência do crescimento da lavoura canavieira no Vale do Vaza-Barris e do Poxim, uma quantidade maior de dinheiro começou a circular na Cidade e com isso, sobrados e um número maior de igrejas foram construídos, modificando a paisagem urbana. Em 1757, segundo Thétis Nunes, havia 390 fogos e 1557 habitantes⁵. Outro autor que nos dá notícias sobre a São Cristóvão dos setecentos é o Frei Antônio Jaboatão, que menciona a existência de 400 vizinhos na sede da Cidade e que a maior parte da população vivia nas redondezas da sede. O Frei também afirma que os artigos produzidos eram o couro, o tabaco e o açúcar⁶. A população citada pelo Frei é próxima a informada pela Câmara em 1757.

Para traçar um perfil das atividades econômicas dos moradores de São Cristóvão pesquisei os inventários *post-mortem* e os testamentos. Ressalto que esses documentos possibilitam apenas uma amostra das atividades econômicas. Cataloguei 27 inventários *post-mortem* e 9 testamentos que tinham dados referentes a atividades econômicas que compreendiam os anos de 1765 a 1800. Ou seja, um período que já tinha iniciado a alguma expansão canavieira. E esse dado é percebido nas fontes. Conforme pode ser observado no quadro 1:



4 Adjetivos usados pelo Vigário Marcos Souza para se referir aos templos da Cidade no início dos Oitocentos. Vê em: SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.p.24.

5 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. pp. 172-173.

6 JABOATAM, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro". *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 2, fasc. 1, 1914. p.53.





Quadro 1: Cidade de São Cristóvão
Ocupação econômica dos inventários e testadores (1765-1800)

Ocupação	Nº inventariados ou testadores	%	Nº de escravizados	%	Média de escravizados
Lavrador	8	22,22	70	17,31	8,75
Lavrador e criador de animais	7	19,45	71	17,58	10,14
Lavrador de cana de açúcar	5	13,89	25	6,2	5
Lavrador de mandioca	4	11,11	37	9,15	9,25
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	2,78	18	4,45	18
Salineiro	1	2,78	14	3,46	14
Lavrador de mandioca, cana de açúcar, alambiqueiro e criador de animais	1	2,78	15	3,71	15
Outras funções	2	5,55	1	0,25	0,5
Sem dados	3	8,33	5	1,25	1,6
Senhor de engenho	3	8,33	52	12,88	17,33
Senhor de engenho e alambiqueiro	1	2,78	96	23,76	96
	36	100	404		15,29

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos século XVIII

Primeiro ponto a ser destacado é que as atividades agrícolas eram majoritárias, mais de 50 % das pessoas pesquisadas estavam envolvidas apenas com o plantio. E dentre essas, dois produtos se destacavam: a mandioca e a cana de açúcar. A primeira tinha quatro pessoas envolvidas apenas com essa lavoura, a segunda, cinco pessoas, e duas plantavam os dois produtos. Além disso, quatro das pessoas que criavam animais e lavravam a terra, também plantavam mandioca. Assim, a mandioca era o principal produto, seguido pela cana de açúcar. Por fim, também encontrei vestígios de feijão sendo cultivado na Cidade em pauta.

Havia um razoável número de senhores de engenhos em São Cristóvão no período. Cruzando os dados dos inventários *post-mortem*, testamentos e lista de plantadores de mandioca foram encontrados 32 engenhos na Cidade em 1785. Compilando esse dado com as informações obtidas na documentação das Vilas e com os da historiografia, conclui-se que a cidade de São Cristóvão era a segunda localidade que mais tinha engenhos nas terras sergipanas. Essas unidades ficavam localizadas, sobretudo nas margens do Rio Vaza Barris e na Freguesia de Socorro incluindo a sua povoação Laranjeiras.

Sete pessoas, (19,45% do total) criavam animais e lavravam a terra, mas alguns deles tinham mais de uma propriedade, dessa forma, possivelmente os animais eram criados em propriedade distinta da que eles plantavam. Antônio Gonsalves Dias, por exemplo, residia na povoação de Laranjeiras e era lavrador e criador, possuía uma fazenda em Itapicuru onde seus animais



possivelmente eram criados⁷. Itapicuru era uma Vila que ficava na Capitania da Bahia e fazia fronteira com a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, Vila de Lagarto, região mais árida da Capitania de Sergipe D'El Rey.

Dentre as outras funções, há um comerciante e um sapateiro. Dentre esses o último possuía um escravizado africano o que permite especular que a atividade permitia certo acúmulo. Em 1757, a povoação de Laranjeiras já era um centro comercial que se destacava e possuía inúmeros comerciantes. Diferentemente da sede de Sergipe Del Rey, que segundo Jaboatão tinha um comércio reduzido⁸.

Outra atividade econômica encontrada foi o trabalho nos *alqueires* de salinas. Elas foram encontradas apenas na Cidade de São Cristóvão, pois seus recursos naturais permitiam que algumas pessoas pudessem exercer essa atividade. Segundo o já citado Jaboatão, as salinas ficavam localizadas em Aracaju, nas margens do Poxim e o sal retirado dessa localidade abastecia toda a Capitania e algumas vizinhas⁹.

Em 1785, foram realizadas as listas com o intuito de identificar se os lavradores estavam cumprindo a legislação, do plantio de 500 covas de mandioca por escravizado, em algumas situações podiam ser as roças dos escravizados. Para São Cristóvão temos seis listas, a da sede e das povoações da Ribeira do Vaza Barris, Freguesia de Nossa Senhora do Socorro contendo as povoações de Laranjeiras e de Aracaju. Essa fonte reflete uma mostra das pessoas que moravam no meio rural e que eram lavradores de cana de açúcar e de mandioca, ou que as que viviam em engenhos, perfazendo um total de 747 pessoas. Através delas percebe-se que boa parte dos lavradores de cana de açúcar da Vila de São Cristóvão também plantavam a mandioca, mais de 75% da mostra, ou seja, 560 pessoas arroladas nas listas cultivavam a mandioca e boa parte dessas utilizava mão de obra escrava.

Das pessoas arroladas que cultivavam a cana de açúcar e principalmente a mandioca 39% da mostra, 291 moradores não possuíam escravizados. Ressalto que dentre os lavradores de mandioca tem algumas pessoas forras, como João Francisco que residia no sítio Calumby¹⁰. Ou seja, a lavoura de mandioca era uma possibilidade de trabalho para os egressos da escravidão e para as pessoas livres e pobres.

7 Inventário *post-mortem* de Antônio Gonsalves Dias, cartório de São Cristóvão, AGJSE, 22/10/1800, cx. 03.16.

8 Inventário *post-mortem* de Joaquim da Silva Roque, Cartório de São Cristóvão, AGJSE, 19/05/1798, cx. 159.; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.p.207; JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.53.

9 JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.52

10 Lista de Plantadores de mandioca do No sertão de baixo em uma das partes da freguesia de N.Sra do Socorro, Primavera e verão de 1785, p. 43\46.; Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris, 1785.





Os grandes proprietários de escravizados não cumpriram a legislação de 500 covasde mandioca por escravizado, eles preferiam dedicar-se a lavoura de cana de açúcar ou aos engenhos e comprar a farinha de mandioca que consumiam;possivelmente era mais lucrativo para eles. Apenas seis senhores de engenho cultivavam a mandioca. Diferentemente dos pequenos e médios lavradores de cana de açúcar que também cultivavam o tubérculo.

A mão de obra escrava era muitodifundida. Muitas pessoas tiveram acesso ao escravizado, em pequenas posses. Todavia, a maior parte da população escrava estava em propriedadesde mais de quatro escravizados. As maiores posses estavam com as pessoas que cultivavam cana de açúcar. Juntas as pessoas envolvidas com o plantio e fabricação do açúcar possuíam 62,92% dos escravizados, enquanto que os que possivelmente viviam de cultivar mandioca detinham 35,01%.

Havia 51 proprietários com 10 ou mais escravizados e eles juntos possuíam 45,58% dos escravizados enquanto que os 301 senhores que detinham de 1 a 4 escravizados possuíam 28,26% dos escravizados que foram apontados nas Listas. Ou seja, a população escravaera difundida, mas concentrada, pois a maior parte da população escrava estava em médias e grandes posses. Dos 32 engenhos encontrados, apenas nove tinham posses com 30 ou mais escravizados. Mott e Schwartz afirmaram que os engenhos sergipanos eram menores que os do Recôncavo Baiano, utilizando a mão de obra como referência. Schwartz também utilizando as listas de plantadores de mandioca afirma que a média de escravizados nos engenhos de Sergipe era de 24 escravizados¹¹. Ressalto que a mão de obra dos engenhos foi adquirida aos poucos, pois pesquisando um mesmo engenho em dois momentos, percebe-se um aumento no número de escravizados.

Uma das maneiras encontradas pelos senhores de engenho para compensar o número reduzido de escravizados nas suas propriedadesfoia existência dos plantadores de cana de açúcar. Schwartz cita que em Pernambuco e Paraíba o número de lavradores de cana de açúcar por engenho era entre seis e dezessete, no Recôncavo baiano era uma média de 3 e em algumas freguesias era de 4 como a de Rio Fundo. E os lavradores de cana de açúcar possuíam em média 10 escravizados. Na Cidade em análise a média de lavradores de cana de açúcar que cultivavam no interior dos engenhos era de 4 por propriedade. Boa parte dos engenhos, 23 deles, tinham lavradores de cana de açúcar nas suas terras. O engenho que possuía mais lavradores era o Camaçari que possuía 17 desses lavradores.

11 Segundo Mott, 2 engenhos com menos de 10 escravizados, 10 engenhos de 11 a 10 escravizados, 8 engenhos de 20 a 29, sete com 30 a 39 e somente 4 engenhos que tinha entre 40 e 45 escravizados. Vê em: MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p144-.148; *Inventário post-mortem* de Angélica Perpetua de Jesus, cartório de São Cristóvão, AGJSE, 24/09/1799, 01.14; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos:engenhos e escravizados na sociedade colonial*. SP: Companhia das Letras, 1988.91.





Alguns engenhos tinham fornecedores de cana que as plantavam em terrenos próprios dos lavradores. Assim, o número médio de lavradores de cana por engenho podia ser maior que quatro por propriedade, talvez por isso os engenhos sergipanos conseguissem funcionar com um número restrito de escravizados. Por fim, a produção de açúcar e de outros produtos da Cidade de São Cristóvão era escoada pelos rios Poxim, Vaza-Barris e Cotinguiba. E em seguida ia para Salvador.

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana

A Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana foi criada em 1675. Em 1696, logo após a criação da Comarca de Sergipe, foi criada a Vila de Itabaiana. Em 1757, a povoação tinha poucos moradores e um dos motivos era devido a pouca água existente. E Thétis Nunes caracterizou a população de Itabaiana como pobre¹².

231



Em 1779, a câmara de São Cristóvão anunciou que o governo da Bahia recomendava o plantio de algodão¹³, devido a demanda internacional e essa recomendação possivelmente foi acatada pelos agricultores de Itabaiana. Ressalto que esse conselho possivelmente acompanhou a necessidade criada pós Revolução Industrial, bem como uma medida dos sucessores de Pombal para diversificar a produção de artigos a serem exportados. Barickman afirma que o algodão passou de uma produção de cem arrobas em 1770 para 40 mil arrobas em 1790 na Bahia, e que a produção de algodão se expandiu em algumas capitanias do atual Nordeste, como Paraíba e Pernambuco. Em Itabaiana, em 1779, já havia agricultores que cultivava o algodão, dentre eles o Alferes Luiz Carlos Pereira que além do algodão, cultivava outros produtos e também produzia tecidos¹⁴.

Alguns senhores que tinham propriedades em São Cristóvão incluindo na Povoação de Laranjeiras e em Santo Amaro também adquiram propriedades na região serrana e alguns desses senhores fizeram seus inventários em Itabaiana. Além do cultivo do algodão, na Vila também eram criados animais, cultivada a mandioca e feita a farinha. Os engenhos também se instalaram na região no século XVIII, ou seja, no citado momento da expansão da zona açucareira. Em decorrência disso no final do XVIII e início de XIX ocorreram conflitos entre lavradores e criadores de animais. A primeira determinação, ainda no século XVIII era que o gado deveria ser

12 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*... 1996. pp.176-178

13 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*... . pp.165-166

14 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*... . Pp.165-166; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*... . Pp.165-166; Alferes Luiz Carlos Pereira, *apelação*, ACJSE, Cartório de São Cristóvão, 16/09/1779.



criado em cima da serra e em propriedades cercadas, no início do XIX, o gado seria criado somente em terras mais afastadas, na caatinga¹⁵.

Encontrei 20 documentos que incluíam inventários *post-mortem* e testamentos da Vila de Itabaiana, entre o período de 1725 a 1798. Observando o quadro 1.4, têm-se mais informações sobre as atividades econômicas dos residentes na Vila e sobre as pessoas que lá fizeram seus inventários e testamentos, por terem alguma propriedade em Itabaiana. Um motivo que talvez tenha levado homens e mulheres que não residiam em Itabaiana a fazerem seus inventários na Vila citada foi o fato do deslocamento de algumas localidades de São Cristóvão ou Santo Amaro ser mais fácil para a Vila em pauta, pois de algumas povoações pertencentes a São Cristóvão para a sede da Cidade precisava cruzar rios e/ou riachos, em alguns períodos do ano essas travessias deveriam ser perigosas.

Quadro 2: Vila de Itabaiana
Atividades econômicas dos moradores (1725-1798)

Atividade econômica	Nº de In ^{dos} ou test ^{res}	%	Nº de esc ^{dos}	%
Lavrador	6	30	23	7,37
Lavrador e criador de animais	5	25	158	50,64
Senhor de engenho	3	15	99	31,73
Lavrador de mandioca	2	10	22	7,05
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	5	3	0,96
Criador de animais	2	10	5	1,60
Sem dados	1	5	2	0,65
	20	100	312	100

Fonte: Testamentos e Inventários *post-mortem* século (1725-1798)

O maior grupo encontrado na mostra era composto pelos lavradores que correspondiam a 45% dos inventariados e testadores pesquisados. A mandioca, o milho, a cana de açúcar, e o algodão eram alguns dos produtos cultivados na Vila. Alguns deles se dedicavam ao cultivo de mais de um produto, como Luís Barroso Pantojá, um português, que plantava mandioca e cana de açúcar¹⁶.

O segundo grupo, composto pelos lavradores e criadores, correspondia a 25% da amostra. Nesse grupo também tinha algumas pessoas que cultivavam mandioca. Dentre os lavradores e criadores, está Bernarda de Jesus Maria José que possuía inúmeras propriedades, incluindo em Itabaiana e na povoação de Itaporanga pertencente a São Cristóvão. Ela era lavradora de cana de açúcar, de milho e possuía vários animais incluindo

15 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 90

16 Inventário *post-mortem* de Luís Barroso Pantojá, APES, doc. 1 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1750.



bois, vacas e ovelhas. Para trabalhar nas suas diversas propriedades que incluía terras em Porto da Folha, sítios dentre outros possuía 119 escravizados, uma grande posse¹⁷.

Foram encontrados três senhores de engenho em Itabaiana. Dois não moravam na Vila de Itabaiana, estavam radicados na Povoação de Laranjeiras que pertencia a Cidade de São Cristóvão. Todavia conforme foi mencionado anteriormente esses senhores estavam entre os que possuíam diversas propriedades incluindo em Itabaiana e esse motivo pode ter contribuído para eles fazerem seus testamentos na Vila citada, ou ainda devido aos deslocamentos. Um aspecto importante é que Francisco José de Santa Rita era senhor de engenho e homem de negócio, possivelmente acumulou dinheiro em decorrência do comércio que possibilitou a construção ou compra de um engenho¹⁸. Outro senhor encontrado foi Albano do Prado Pimentel que em 1759, além de senhor de engenho também tinha sítios que produziam farinha de mandioca para alimentar a sua família e seus escravizados, e quiçá comercializar o excedente¹⁹. Sheyla de Castro Faria também encontrou homens que acumularam dinheiro com o comércio e em seguida compraram propriedades rurais, incluindo engenhos²⁰.



Os senhores de engenhos tinham grandes posses de escravizados, resalto que nesta Vila utilizei os mesmos padrões de posse escrava de São Cristóvão²¹. A média de escravizados por propriedade foi de 31,73. Os inventariados que tinham propriedades em São Cristóvão ou em Santo Amaro, foram as que tinham um maior número de escravizados e mais acesso a compra de africanos. Evidenciando que essas localidades tinham uma economia mais dinâmica, o que possibilitou um maior acúmulo de bens.

Os criadores de animais e lavradores possuíam mais da metade da população escrava catalogada, no entanto, esse dado em virtude da Bernarda de Jesus Maria José que possuía praticamente 2/3 dos escravizados desse grupo. Os demais desse grupo tinham médias medianas, 9,7 escravizado por propriedade. Foram encontradas apenas duas pessoas que se dedicavam apenas a criação de animais e também possuíam escravizados. Porém, as suas posses de escravizados eram diminutas, em média menos de 2 escravizados. Os criadores de animais possuíam pequenas e médias

17 Inventário *post-mortem* de Bernarda de Jesus Maria José, APES, Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 21/06/1757.

18 Testamento de Francisco Jose de Santa Rita, AGJSE, SCR/C. 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.49-58, 17/06/1794.

19 Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel, APES, doc. 3 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1759.

20 FARIA, Sheyla de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no Cotidiano Colonial*. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.189-190.

21 1 a 5 escravizados era uma pequena posse, de 5 a 9 escravizados era uma média posse, e maiores que 10 grandes posses.



fortunas, entre 800\$00 e 2:400\$000 réis, ou seja, possuíam capital limitado para a compra de escravizados. Outro aspecto é que na lida dos animais não era necessário uma grande quantidade de escravizados.

Os lavradores de mandioca e outros produtos detinham menos de 16% dos escravizados pesquisados. E suas posses de escravizados eram em média de três escravizados, ou seja, uma posse pequena. Gonçalo de Moura Rezende era um desses lavradores, em 1784 possuía apenas um escravizado que o auxiliava no trabalho no sítio, Antônio angola²².

Esta era uma Vila agropastoril, diferentemente da Cidade anteriormente analisada; com grande produção, sobretudo de farinha de mandioca, algodão e na criação de animais, possivelmente fornecendo carne e couro para outras regiões. No século XVIII teve início um movimento de criação de animais em terras mais afastadas e no século XIX se intensificou, os moradores de Itabaiana também criavam seus animais em Canindé ou Porto da Folha, pois a lavoura precisava das terras da Vila. Essas são características econômicas distintas da Vila de Santa Luzia que será a próxima Vila a ser analisada.

*A Vila de Santa Luzia do Piauí e a Povoação de Estância: terra de doces [...] costumes de seus moradores*²³

A Vila de Santa Luzia do Piauí, situada ao sul da Capitania de Sergipe, fazia divisas com a Vila de Lagarto em direção a oeste, pelo sul com a Vila da Abadia da Capitania da Bahia. A Freguesia de Santa Luzia foi criada em 1680, e a Vila de mesmo nome em 1699. Na Vila de Santa Luzia surgiu a Povoação de Estância, distante duas léguas da Vila, aos arredores da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe. A Povoação aos poucos cresceu, e no decorrer dos Setecentos passou a ter uma população maior que a da Vila. Com o crescimento de Estância, os moradores dessa Povoação começaram a reivindicar que ela se tornasse a sede da Vila. Para Thétis Nunes, as disputas refletiam os interesses de dois grupos, um grupo o dos primeiros moradores da região que tinham suas atividades econômicas ligadas a terra e lutavam pela permanência da sede na Vila de Santa Luzia e o segundo grupo ligado ao comércio, cujos membros eram mais recentes em Sergipe e desejavam que a sede da Vila fosse em Estância. Os últimos alegavam uma falta de estrutura na Vila e que Estância tinha um bom por-

22 Inventário *post-mortem* de Gonçalo de Moura Rezende, APES, cx. 32 da coleção Sebrão Sobrinho, 11/05/1784.

23 SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005, p.40



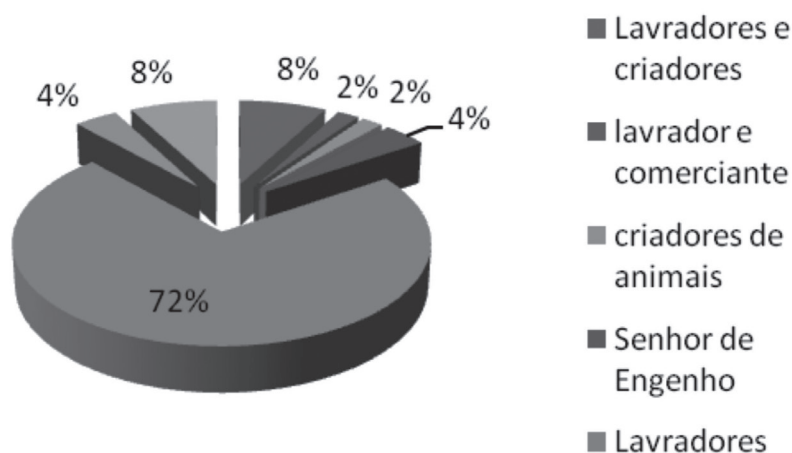
to, o que facilitaria o comércio²⁴. A povoação tinha rios navegáveis, como o Piauí, por isso, havia um grande fluxo de embarcações nos seus rios, que transportavam escravizados, farinha de mandioca, açúcar além dos produtos importados

A população da Vila em 1707 era de 1.045 pessoas em comunhão e 156 domicílios. Em 1795, 6.672 almas e dessas, 2.215 eram escravizados²⁵, ou seja, no decorrer do século XVIII a população cresceu. Dentre os testadores tinham nove portugueses, como também pessoas de outras Capitanias como a de Pernambuco que também migraram para Sergipe. Esses indícios evidenciam que a economia estava em crescimento e por isso atraía pessoas de diversas localidades.

Um olhar sobre os inventários e testamentos Setecentistas permite ter uma amostra das atividades econômicas dos moradores da Vila. Pesquisei 20 inventários *post-mortem* e 33 testamentos, perfazendo um total de 53 documentos, com os dados desses construí o gráfico 1.1 que permite visualizar as principais atividades econômicas:

235

Gráfico 1: Vila de Santa Luzia
Atividades econômicas dos moradores 1720-1800



Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1720-1800)

Observando o gráfico 1.1 percebe-se que os lavradores eram destacadamente majoritários, 38 pessoas, que correspondia a 72%, tinham como atividade econômica a lavoura. Nos Setecentos, o número de engenhos era incipiente, foram encontrados apenas dois engenhos de fazer açú-

24 Algumas capelas rurais surgiam com a doação da terra para a Capela, quando além do terreno para a construção do templo também era doado terreno para gerar receitas para a manutenção da capela. Os doadores indicavam os padroeiros da Capela. Se em torno da Capela tivesse uma população, o Bispo transformava-a em Capela curada, ou seja, uma capela assistida pelos vigários coadjutores. Vê em: FONSECA, Claudia Damasceno. *Espaço e poder nas Minas Setecentistas...*; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.184-185

25 SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.p.45





car, e o tamanho deles não era diferente dos de São Cristóvão do mesmo período, pois cada um possuíam menos de 32 escravizados. Em 1780, um desses engenhos era o Campinhos, localizado em Santa Luzia, cujo proprietário em seu testamento menciona ser um *Engenho novo de fazer assucar e seus acessórios*. Ou seja, esse engenho já é fruto do ressurgimento e expansão da lavoura canavieira.

Além dos dois engenhos, identifiquei um plantador de cana de açúcar. Após a produção do açúcar, o produto era vendido a caixeiros, por fim exportada pelos portos. Em 1769, Eleuteria Ramos de Jesus, plantadora de cana de açúcar, residia no sítio Ingá, vendeu algumas caixas de açúcar para um caixeiro da Bahia²⁶. Conforme já foi citado, o destino desse açúcar era na maioria das vezes a Praça da Bahia. Por fim, também identifiquei um alambique com todos os seus acessórios²⁷. Além dos engenhos que produziam o açúcar também existia os alambiques e engenhocas que também produziam rapaduras para o consumo local e que serviam para complementar a dieta alimentar.

De acordo com a amostra outro grupo pequeno no período era os que viviam do comércio: um era comerciante e lavrador e dois eram apenas comerciantes. Desses dois eram portugueses, um deles era Domingos Lopes Coelho que na década de 80 dos Setecentos mantinha negócios na Bahia e no Rio de Janeiro, evidenciando as relações econômicas entre Sergipe e as outras Capitanias, e possuía sete escravizados. No entanto, possivelmente o número de comerciantes no decorrer dos Setecentos cresceu e não deveria ser tão pequeno. O Ouvidor afirmou que Estância tinha um bom porto e nele transitava diversos barcos que traziam e levavam produtos para a Cidade da Bahia. Tirando os excessos devido ao fato do documento ter sido dirigido para o El-Rei, com o intuito de convencê-lo a transferência da sede da Vila, tem ainda sim nesse ofício, alguns indícios de um comércio intenso com a Praça citada, comércio esse que foi avolumado na centúria seguinte. Moniz de Souza menciona que os comerciantes da Povoação de Estância vendiam farinha de mandioca, milho, amendoim dentre outros, ele também afirmou que boa parte da população era envolvida nessa atividade que era muito lucrativa e que os lavradores eram reféns desses comerciantes²⁸. Nos inventários e testamentos, esses indícios se tornam mais evidentes, pois encontrei seis pessoas com divi-

26 Testamento de Eleuteria Ramos de Jesus, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp. 34-42. 19/05/1769.

27 Testamento de Antônio Martins Ferreira (Padre), São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp.161-176, 02/03/1786.

28 Testamento de Domingos Lopes Coelho, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp. 42-52. 7/08/1788; Ofício enviado pelo Ouvidor-mor da Comarca de Sergipe sobre a importância da povoação de Estância, 1755, AHU-Sergipe, doc. s/n.; SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Org. Ubiratan Castro de Araújo. 3ªed. Salvador: IHGB, 2000.p.72.



das ou negócios na Bahia, um deles pagando com alqueires de farinha a dívida. Também encontrei dois proprietários de sumacas, embarcações que possivelmente eram utilizadas nesse comércio.

Poucos foram os inventários que foi possível identificar a fortuna, dentre os que foram possíveis percebe-se que Joaquim José Braque, um possível lavrador e comerciante, detinha a maior fortuna, tinha mais de 15 contos de réis. Tinha entre os bens;grandes quantidades como tecidos, bem como dívidas ativas²⁹. Os dois últimos vestígios indiciam que ele também era um comerciante. Quatro pessoas possuíam fortunas menores que quatro contos, faixa que estava maior parte de pessoas. As fortunas dessa vila eram menores que as de Itabaiana, no entanto, não havia diferenças tão acentuadas entre elas. Ou seja,não havia pessoas tão ricas como na Vila Citada, nem tão empobrecidas.

Outra atividade econômica existente era a criação de animais e aqueles que além dessa atividade, também cultivavam produtos; somando os dois grupos, encontrei seis casos. Alguns desses senhores e senhoras tinham propriedades em Estância e na Vila vizinha, a de Lagarto. Possivelmente nas propriedades em Estância agricultavam e em Lagarto criavam seus gados *vaccum*, *lonígeno* e *cavalar*, pois a citada vila ficava mais distante do litoral e em uma região mais árida.

O gráfico 1.1 mostra que os agricultores eram majoritários, mas ainda resta apontar quais eram os produtos cultivados por essas pessoas. Thétis Nunes aponta a importância da feitura da farinha de mandioca dentre as atividades econômicas da Vila em pauta. E menciona que o produto era exportado pelos portos de Santa Luzia e no de Estância para as capitanias da Bahia e de Pernambuco. Para a mesma autora, a Praça daBahia determinava o valor do alqueire da farinha de mandioca e a quantidade que deveria ser exportada. O que gerava indignação e provocava protestos das Câmaras principalmente as de Santa Luzia e Santo Amaro³⁰.

Após uma análise dos inventários e testamentos, percebi que lavoura de mandioca foi majoritária, alguns lavradores produziam apenas a mandioca, como pode ser notado no quadro 1.6, e outros além da mandioca, produziam outros artigos, como cana de açúcar, algodão e arroz. Esse dado mostra que algumas pessoas resolveram diversificar a produção.

Para Thétis Nunes, os plantadores de mandioca e de cana de açúcar formavam uma camada intermediária da sociedade, por ser a mandioca uma cultura menos exigente de solo e que não requer muitos braços e os plantadores de cana de açúcar por não possuírem o engenho também precisam de um número menor de escravizados ou prestadores de jornada.

29 Inventário *post-mortem* de Joaquim JozeBraque, AGJSE, Cartório de Estância, 01/481, 02/01/1795.

30 NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.86





Acredito que os plantadores de mandioca era uma camada intermediária e heterogênea, com pessoas com níveis distintos de riqueza³¹.

Ainda sobre os lavradores de farinha, alguns deles não se dedicavam somente a lavoura, pois também criavam animais em grandes quantidades, alguns desses tinham mais de uma propriedade. Ou ainda por pessoas que cultivavam a farinha de mandioca e outros produtos como a cana de açúcar. Barickman, ao se referir ao Recôncavo, afirma que pequenos lavradores souberam diversificar seus produtos, não abandonaram a produção de artigos voltados para o consumo interno, mas aumentaram a produção da lavoura exportadora. Para esse autor, os lavradores souberam harmonizar a utilização da terra às exigências das lavouras, bem como as pressões de um mercado internacional e as condições do mercado interno. Assim lavradores de mandioca incrementaram com a lavoura da cana as suas propriedades, quando foi possível e lucrativo³². Possivelmente o mesmo episódio ocorreu nas terras sergipanas. Observando o quadro 1.6, percebe-se as principais artigos produzidos e as quantidades de escravizados envolvidos no cultivo e fabricação desses artigos:

Os lavradores de mandioca correspondiam a 50% da amostra, 21 pessoas estavam envolvidas com essa atividade. Dessa forma, de fato a farinha de mandioca era o principal produto dessa Vila. E mesmo com os protestos em virtude das taxas, os preços do produto permitiram que alguns senhores acumulassem capital, pois boa parte deles tinham médias posses, entre 5 e 9 escravizados. Thétis cita a lista de plantadores de mandioca de 1785, que identificou 315 plantadores de mandioca e desses 94 não possuíam escravizados, e 54 apenas um e 59 apenas dois. Na lista de plantadores de 1786, encontrei 286 plantadores, desses 87 não possuíam escravizados e 57 apenas um escravizado. Ou seja, o bem escravizado foi acessível a maioria das pessoas que cultivam o mandioca. Havia 733 escravizados envolvidos com a lavoura, uma média de 2,5 escravizados por plantador³³. Ou seja, corroborando com as ideias de Thétis Nunes, a lavoura da mandioca era uma cultura que não exigia muitos braços. Lembrando que essa lista de plantadores não é de pessoas que são envolvidas apenas com a feitura da farinha, mas sim de pessoas que cultivam o produto, seja para o próprio consumo, fosse para o comércio interno. Grande parte dessa produção era exportada para Salvador.

31 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996.

32 Testamento de Thomaz Domingues da Silva, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 02, 24/12/1800.; BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano...* pp.30-31

33 Estou adotando o mesmo padrão já citado anteriormente de São Cristóvão, também usado para Itabaiana. NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.156

Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.



Salvador possuía a maior população da Colônia, mesmo após perder a condição de Vice-Reinado em 1763. Ela perdeu essa primazia apenas em 1808 com a chegada da Família Real. Além da população fixa, havia ainda uma população flutuante, marinheiros e escravizados recém-chegados que também utilizavam a farinha de mandioca na sua dieta. Segundo Barickman, os baianos consumiam farinha de mandioca em grandes quantidades, era o principal produto da dieta alimentar baiana, chamado de gênero de primeira necessidade. E, em torno de Salvador estava o Recôncavo Baiano que também produzia farinha de mandioca em algumas freguesias, todavia, essa era a região mais povoada da Bahia e por isso a que mais necessitava do produto. Assim, a farinha de mandioca produzida na região citada não era capaz de abastecer toda a sua população, e por isso, as legislações para o plantio da mandioca, e a produção da farinha de mandioca em outras regiões, Dentre elas as Vilas da Capitania de Sergipe d'El Rey³⁴.

239



Conforme já foi citado, alguns senhores se envolveram na produção de mais de um artigo, e esses tiveram maiores possibilidades de acumular capital, e assim possuir mais escravizados. Dezoito senhores, cerca de 37,5% , tinham posses com dez ou mais escravizados. Desses cinco produziam somente a farinha de mandioca. De acordo com a citada lista de 1786, apenas onze plantadores dispunham de dez ou mais escravizados plantando mandioca. Com o crescimento da lavoura da cana de açúcar na Bahia, começaram a faltar alimentos, sobretudo a farinha de mandioca, pois a lavoura canavieira invadiu os já citados terrenos que anteriormente eram utilizados pelo cultivo de mandioca e de outros gêneros alimentícios na Bahia e em Sergipe. Além da farinha citada, também faltou carne, pois era necessário o gado na produção do açúcar, seja como força motriz, seja como meio de transporte. Devido a isso, a falta de comida, o governador da Bahia, em 1782, Conde de Valença ordenou que plantasse 500 covas de mandioca para que cada escravizado tivesse sua roça. Por isso, a lista de plantadores foi realizada, com o intuito de perceber se a ordem estava sendo cumprida. Na Vila de Santa Luzia, os plantadores tinham entre 1.000 a 20.000 covas de mandioca, e de acordo com a Lista, grande parte dos senhores desta Vila cumpriram essa legislação, diferentemente dos senhores da Cidade de São Cristóvão³⁵.

Por fim, a Vila de Santa Luzia juntamente com a sua povoação era uma Vila agrícola, diferentemente da anterior, Vila de Itabaiana. O principal produto era a farinha de mandioca, mas no XIX percebe-se um crescimento no cultivo da cana de açúcar, bem como no número de engenhos. O comércio também era uma atividade que possuía destaque. Os

34 BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... pp.96-106

35 Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.





moradores dessa Vila conseguiram ter acesso a mão de obra escravizada, incluindo africanos.

Em suma, a Capitania de Sergipe apesar do seu tamanho restrito suas Vilas tinham diferenças nas suas atividades econômicas, o que possibilitou uma maior ou menor aquisição da população escrava, sobretudo da africana bem como tamanhos de posse escrava diferenciados. A Vila de Santa Luzia e a cidade de São Cristóvão eram mais agrícolas, enquanto que a de Itabaiana era agropastoril. Dentre as Vilas agrícolas apontadas as queos moradores se dedicaram mais a lavoura da cana de açúcar foi São Cristóvão, em virtude sobretudo do solo massapê. Em virtude da produção de açúcar essas Vilas foram as que possuíam um maior número de escravizados. Mesmo os envolvidos em atividades voltadas para o consumo ou mercado interno conseguiram acumular e possuir escravizados, o que evidencia que a economia colonial era muito mais complexa que apontava Caio Prado Junior³⁶.

A existência de lavradores fora e dentro dos engenhos possibilitou que diversos engenhos produzissem açúcar, pois o número de escravizados era pequeno, para executar todas as atividades necessárias no engenho. A principal praça de comércio era a Bahia, dessa forma açúcar e farinha de mandioca escoavam periodicamente para a citada localidade. E no retorno traziam produtos importados e escravizados.



36 PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ªed. SP: Brasiliense/Pallotti, 1997.

